

A INSERÇÃO DAS MULHERES NO COOPERATIVISMO VIDEIRENSE

The Women Firts Step in Cooperativism Videirens

Juciele Marta Baldissarelli¹

Luiz Salgado Klaes²

Tatiane Atanásio dos Santos Bernardy³

Levi Hülse⁴

Recebido em: 18 mar. 2018

Aceito em: 18 maio 2018

Resumo: Esse estudo propõe uma reflexão sobre a inserção das mulheres no cooperativismo, tendo como objeto de estudo o Núcleo Feminino da COOPERVIL e do SICOOB, no Município de Videira em Santa Catarina. Os relatos nos mostram que a iniciativa ainda recente, já proporciona resultados impactantes no cooperativismo videirense. Esse grupo de mulheres por intermédio do cooperativismo, tem compreendido que pode ser utilizado como uma estratégia para contar com a presença cada vez maior do público feminino em estratégias de poder e decisão. O trabalho é um estudo de caso, sendo utilizado o método qualitativo descritivo e quantitativo, a partir de entrevistas semi-estruturadas. Nesse estudo de caso, pretende-se debater as formas que as participantes têm encontrado para ocupar espaços, que até pouco tempo eram ocupados apenas por homens.

Palavras-Chave: Mulheres. Cooperativismo. Igualdade.

Abstract: This study proposes a reflection about the insertion of women into cooperativism, having as object of study the COOPERVIL and SICOOB Female Center in the Municipality of Videira in Santa Catarina. The reports show us that the recent initiative, already provides shocking results in the videirense cooperativism. This group of women through cooperativism has understood that it can be used as a strategy to count on the increasing presence of the female public in strategies of power and decision. In this research, we intend to discuss the ways that the participants have found to occupy spaces, which until recently were occupied only by men.

¹ Jornalista (UNIARP). Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Professora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Brasil e-mail: jucielemarta_baldissarelli@hotmail.com.

² Economista (UFSC – 1969). Administrador de Empresas (UFSC – 1971). Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC - 2004). Professor do Curso de Economia e Relações Internacionais (UFSC). Brasil. e-mail: l.klaes@ufsc.br.

³ Economista (UFSC). Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Vale do Rio do Peixe (UNIARP - 2017). Professora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Brasil. e-mail: tatisbernardy@hotmail.com.

⁴ Doutorando em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI - SC, na área de concentração em Constitucionalismo, Transnacionalidade e Produção do Direito. Mestre em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Graduado Bacharel em Direito pela Fundação Universidade Regional de Blumenau FURB (2010) e graduado em História pela Fundação Universidade Regional de Blumenau FURB (2006). Advogado com a OAB/SC 31.986. Professor na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. O autor agradece ao Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da UNIARP pelo apoio financeiro. E-mail: levi@uniarp.edu.br.

■ **Keywords:** Women. Cooperativism. Equality.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em igualdade de gênero está se falado com satisfação, em todos os aspectos da vida, dos direitos humanos, das mesmas oportunidades e do mesmo tratamento a ser dispensado às pessoas de ambos os sexos. Supõe que os direitos, as responsabilidades, a situação social e a acessibilidade aos recursos, às pessoas não devam ser condicionadas tendo em vista ser homem ou mulher.

Duas décadas após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, na China, a Organização Internacional do Trabalho – OIT reconhece que ainda é preciso avançar em termos de respeito à igualdade de gênero no trabalho.

Em termos políticos, legislativos e de ratificação de normas internacionais, a OIT, uma das agências da ONU destaca um notável progresso. Em 1995, somente 126 Estados-membros da OIT haviam assinado a Convenção sobre a Igualdade de Remuneração e 122 países haviam ratificado a Convenção contra a Discriminação. Porém, esses números são agora de 171 e 172, respectivamente.

A OIT ao longo de sua existência já lançou doze Convenções que dispõem sobre a proteção da mulher e a igualdade de gênero, das quais seis foram ratificadas pelo Brasil.

Apesar de inúmeros compromissos, acordos, convenções ou tratados internacionais já firmados quanto ao princípio da igualdade de gênero, em grande parte do mundo se segue oprimindo e discriminando as mulheres postergando seus direitos humanos (proteção à maternidade, trabalho noturno, trabalho subterrâneo, discriminação, igualdade de remuneração, etc.) por distintas maneiras, que vão desde a violência contra as mulheres, até a limitação de seu acesso a educação a serviços de saúde, etc..

Também encontramos outros tipos de desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho, no que se refere à quantidade de oportunidades de emprego quanto à qualidade dos postos. Em média os homens recebem mais que as mulheres para realizar trabalhos equivalentes e os homens seguem ocupando os postos de direção e gestão. A igualdade de gênero no mundo do trabalho significa a igualdade de oportunidades, de remuneração assim como o acesso a entornos de trabalho seguros, igualdade de sindicalização, negociação coletiva, igualdade de acessos profissionais, proteção à maternidade bem como a harmonização do trabalho com a vida privada das quais são merecedores tanto o gênero masculino quanto o feminino.

Este trabalho procura apresentar resposta à pergunta: Como as empresas cooperativas podem ajudar a promover a igualdade de gênero?

As mulheres com o passar dos anos, tem trocado o título de sexo frágil e de donas de

casa, por representatividade junto a empresas, entidades e organizações. Cada vez mais verifica-se a participação feminina nos setores sociais e econômicos. No entanto, esse não é um processo recente, é algo que vem sendo construído ao longo da história da humanidade e que ainda muito tem a evoluir.

No decorrer das décadas, as mulheres têm travado uma luta incessante pela igualdade de gênero. Justamente por existir resistência e preconceito, elas ainda encontram dificuldades para acessarem cargos e posições que tradicionalmente pertencem a homens. No entanto, a história aos poucos começa a mudar e algumas mulheres tem se destacado em atividades da vida pública e privada. Esse feito ainda é alcançado por uma minoria de mulheres, que conseguem romper padrões tradicionais que foram estabelecidos pela sociedade ao longo dos anos.

Os princípios e valores cooperativos acordados internacionalmente em 1995 no Congresso da ACI em Londres, comprometem o Movimento Cooperativo com os valores da auto ajuda, da auto responsabilidade, da democracia, da igualdade, da equidade e da solidariedade. O controle democrático dos membros baseado no princípio de um membro, um voto e na inexistência de qualquer discriminação baseada em gênero, social, racial, política ou religiosa são o cerne dos valores cooperativos.

Nesse contexto, as cooperativas têm se apresentado como uma possibilidade de conquista de espaço. O presente estudo propõe identificar conquistas, que a participação das mulheres no cooperativismo tem proporcionado. Para isso, tomamos como base o Núcleo Feminino da COOPERVIL e do SICOOB de Videira.

O presente trabalho de pesquisa o qual trata de um estudo de caso, foram utilizados, o método qualitativo descritivo, com entrevista semi-estruturada aberta, observação livre e outros meios importantes, tais como confissões e depoimentos dos envolvidos na pesquisa. Para isso, foi entrevistada a Coordenadora dos Programas Sociais da COOPERVIL, Suzana Araldi Patrício. Também foi entrevistado o atual Presidente da COOPERVIL e do SICOOB de Videira, Ex-Presidente da Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina (FECOAGRO) e Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), Sr. Luiz Vicente Suzin.

UM POUCO DA HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), o cooperativismo pode ser definido como uma doutrina que surgiu como forma de organização social para a solução de problemas econômicos e financeiros. Foi na cidade de Manchester na Inglaterra, que ele foi criado no ano de 1844. O principal movimento cooperativista ficou conhecido como "*Rochdale Society of Equitable Pioneers*", ou os Pobros Pioneiros de Rochdale.

Na ocasião, 28 operários tecelões, sendo a maioria homens, 27, e apenas uma mulher, fundaram a primeira cooperativa considerada moderna. Os Pioneiros de Rochdale, constituíram objetivos e implantaram uma forma de organização social do trabalho e economia da Cooperativa que ficou conhecido como os Princípios do Cooperativismo Mundial. O modelo é até hoje, considerado a base do cooperativismo autêntico.

A intenção dos 28 tecelões era a de buscar alternativas para enfrentar a crise que a Revolução Industrial causava na Inglaterra no início do Século XIX. Com o surgimento da máquina a vapor durante a Revolução Industrial, os operários estavam à mercê da pobreza e do desemprego. Eles e suas famílias, viam-se obrigados a atuarem por longas e exaustivas horas de trabalho, que muitas vezes chegavam há dezoito horas por dia. Também os operários e suas famílias, moravam em casas sem conforto algum e pagavam alto valor pelo que comiam e vestiam.

Desta forma, juntos, os tecelões começaram a guardar recursos financeiros para abrir um pequeno armazém comunitário com o objetivo de vender alimentos, roupas entre outros produtos utilizados naquela época. Foi necessário um ano de economias dos tecelões fundadores, para que o armazém fosse aberto. Depois de abertas as portas, o sistema cooperativo deu tão certo, que dentro de três anos as atividades foram ampliadas.

Através do modelo de Rochdale, é possível perceber que desde sua concepção e criação, o cooperativismo teve como objetivo não apenas questões financeiras e econômicas. Mas sim, em situações que implicavam diretamente na condição de vida que os empregados e as famílias eram submissas. O cooperativismo surgiu no auge da Revolução Industrial, como uma doutrina que buscava alcançar elevados padrões de desenvolvimento e justiça social, em uma época que se vivia uma crise socioeconômica que atingia o mundo todo.

Nos anos de 1840, trabalhadores franceses organizaram, com sucesso, algumas das primeiras cooperativas de produção de trabalhadores. Buscaram substituir, por iniciativa e responsabilidade destes os sistemas de gerenciamento hierárquico típico da Revolução Industrial. Esta abordagem espalhou-se com rapidez pelos países industrializados levada pelos sindicatos do comércio e pelos movimentos políticos das classes trabalhadoras. Até 1900, havia se tornado muito conhecido em muitos dos países da Europa e das Américas; tornou-se imediatamente uma participante bem sucedida da Revolução Industrial e uma crítica severa de suas tendências desumanizadoras (KLAES, 2005, p. 10-11).

O cooperativismo além de ser criado pelos Pioneiros de Rochdale, teve definido desde o seu começo, quais seriam os seus princípios básicos do sistema. Até a atualidade eles são respeitados e seguidos, sendo: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade. Somados aos princípios básicos, tem-se também os valores do cooperativismo: ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

Os Princípios Cooperativos são o sangue que dá vida ao Movimento Cooperativo. Derivados dos Valores que têm inspirado o Movimento desde o seu início, eles moldam as estruturas e determinam as atitudes que fornecem as perspectivas distintas do Movimento. São as normas pelas quais cooperativas esforçam-se para desenvolver suas organizações cooperativas. São princípios inerentes, práticos, modelados tanto por gerações de experiência quanto pelo pensamento filosófico. São, conseqüentemente, elásticos, aplicáveis com diferentes graus de detalhe a diferentes tipos de cooperativas em diferentes situações. Acima de tudo, requerem dos cooperativistas decisões. Os Princípios são as qualidades essenciais que tornam os cooperativistas eficazes, as cooperativas distintas e o Movimento Cooperativo relevante. (KLAES, 2005, p. 18).

No Brasil o Movimento de Cooperativismo nasceu no final do Século XIX. No ano de 1889, na cidade de Ouro Preto no Estado de Minas Gerais (MG), quando foi criada a primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil. Tratava-se da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Em seguida, além de Minas Gerais, nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, e Rio Grande do Sul também registraram a criação de cooperativas.

Apenas dois anos após a fundação da primeira Cooperativa de Crédito das Américas, em Quebec, no Canadá, foi constituída a primeira Cooperativa de Crédito no Brasil, em 28 de dezembro de 1902, na localidade de Linha Imperial, Município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, por iniciativa do Pe. Jesuíta Theodoro Amstadt, grande conhecedor dos problemas dos agricultores de origens alemã e italiana de então, graças às muitas viagens feitas pelo interior (KLAES, 2005, p. 99).

As empresas cooperativas podem desempenhar um papel preponderante na contribuição e consecução do empoderamento econômico e social das mulheres.

Em Videira, no meio oeste do Estado de Santa Catarina, no ano de 2015 duas cooperativas, a Cooperativa Agropecuária Videirense (COOPERVIL) e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), se uniram para incentivar a participação das mulheres no cooperativismo. Foi criado assim, o Programa Mulheres Cooperativistas, que mais tarde passou a se chamar Núcleo Feminino do Cooperativismo do SICOOB e COOPERVIL.

A PRESENÇA DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Em relação a inserção da mulher no mercado de trabalho, foi algo que ocorreu de maneira progressiva, porém com muita resistência por parte da sociedade. Elas sempre estiveram envolvidas no mundo do trabalho, seja ele doméstico ou em atividades externa ao lar, porém, nem sempre esse tipo de tarefa, era considerada pela sociedade como trabalho.

Um dos fatores históricos que marca essa busca pela igualdade em relação aos homens, foi a Revolução Industrial. O padrão adotado naquela época, proporcionou mudanças significativas no modelo de trabalho, no qual as mulheres também passaram a fazer parte.

Além dos trabalhos domésticos, cuidando de tarefas como cuidar dos filhos, da casa, fazer comida e lavar e passar roupa, elas passaram a ter jornada de trabalho nas empresas.

Era de total interesse do sistema capitalista inserir o sexo feminino como trabalhadoras nas fábricas. As mulheres passaram a ser sinônimo de mão de obra mais barata para os empresários. Elas trabalhavam tanto quanto os homens, porém recebiam menos pelas execuções das mesmas tarefas. Em muitos casos, os filhos também eram levados para as fábricas e auxiliavam em algumas atividades.

Além da vontade industrial de as inserir no trabalho nas fábricas, era uma necessidade para as famílias, pois a cada dia, a pobreza e a miséria cresciam mais. A Revolução Industrial foi um período dramático para as mulheres, contudo, deixou para elas, o interesse pela busca incessante de mais espaço e igualdade na sociedade.

Mas essa participação não ocorre de maneira igualitária, pois existe, concomitante à inserção das mulheres, uma tradicional divisão sexual do trabalho, trazida como herança cultural, na qual o trabalho feminino viria a ser apenas um complemento da renda familiar, apesar de a mulher atualmente estar desempenhando, em muitos setores, funções e tarefas que tradicionalmente pertenciam ao homem e ocupando cargos de chefia e de comando (LEAL; COTRIM, 2010, p. 399).

Se não bastasse a dupla jornada de trabalho, sendo no lar e nas empresas, as mulheres ao longo dos anos, precisaram enfrentar questões relacionadas a problemas sociais. As atividades desenvolvidas pelos homens sempre foram consideradas mais importantes pela sociedade. No entanto para Marccone (2009), não se atentar para a importância das mulheres nesse processo de trabalho é um erro, pois elas são importantes agentes de desenvolvimento social e econômico.

As mulheres constituem também a maioria da força de trabalho utilizada na agricultura, produzindo a maioria dos recursos alimentares consumidos nos países em desenvolvimento e nas economias de transição, e representam os principais agentes da segurança alimentar, do bem-estar familiar e das comunidades locais. No entanto, possuem menos de 2% das terras cultiváveis, recebem somente 1/3 da renda mundial e dificilmente são consideradas pelas estatísticas oficiais nacionais. Elas têm também menos acesso à instrução e, portanto, às posições de trabalho de alto perfil em relação a homens. (MARCONE, 2009, p. 26).

Temos visto também um forte incremento da força de trabalho feminina, que representa mais de 40% do total dos trabalhadores empregados nos países capitalistas avançados, conforme Harvey (1993). Todavia, a crescente participação feminina no mercado de trabalho não significa uma melhora nas desigualdades que permeiam a relação entre homens e mulheres, principalmente a nível salarial, percebe-se isto claramente.

Segnini (1996) analisando o processo de racionalização do trabalho no setor terciário, observa que a racionalidade capitalista – taylorismo e formas de trabalho chamada flexível – incorporam-se, tendo como conseqüências diferentes modos de controle sobre o trabalho

vivo. Conforme Segnini a uma “aproximação entre uma fração do setor industrial e o setor de serviços através de uma nova expressão da racionalidade capitalista, observada no trabalho flexível, assalariado ou não, que enfatiza a contingência, a individualidade e acrescenta ‘custos de complexidade’, face à dependência em relação à qualificação e motivação dos trabalhadores” (SEGNINI, 1996, p. 41).

O modelo japonês tem como elemento “integrante e indispensável” a terceirização. Há um processo de hierarquização entre as grandes empresas e as pequenas e médias. Conforme Druck (1999):

No caso das grandes empresas: emprego vitalício; mão-de-obra mais qualificada; uma organização do trabalho baseada na gestão da qualidade total e participativa, a fim de envolver o trabalhador na busca por produtividade, redução de custos e qualidade para obter produtos diferenciados e de alta qualidade no mercado; níveis salariais mais condizentes com as funções assumidas; e um sindicalismo de empresa como elemento-chave de colaboração para neutralizar qualquer reação e oposição mais organizada dos trabalhadores. No caso das pequenas e médias empresas, que formam a rede de subcontratação, encontram-se todos os tipos de trabalho. Marcadas, em geral, por uma instabilidade muito grande, nessas não existe emprego vitalício, há menor qualificação da mão-de-obra, condições precárias de trabalho, assim como contratos irregulares e de trabalho ocasional ou parcial – em geral realizado pelas mulheres –, com padrões salariais muito mais baixos que os vigentes nas grandes corporações” (DRUCK, 1999, p. 7).

Atualmente, com o pungente crescimento do desemprego, determinada população trabalhadora se torna inútil por excesso, a esta população Marx (1989a) chama de “exército industrial de reserva”, porque gera ao capital material humano necessário às mudanças da acumulação capitalista. Esta população também exerce o papel de controle efetivo sobre a classe trabalhadora que está empregada.

A divisão sexual do trabalho, tem gerado desigualdades entre homens e mulheres tanto no âmbito profissional como no familiar. Segnini (1998b) após pesquisa realizada num banco estatal, afirma que a inclusão de mulheres como bancárias torna visível que:

- As mulheres ocupam sobretudo os cargos relacionados às operações simplificadas e repetitivas que os sistemas informatizados passaram a demandar, no contexto de aumento do volume do trabalho bancário, a partir da década de 60; e
- As mulheres bancárias são altamente escolarizadas, mais do que seus companheiros de trabalho, desta forma, detêm um significativo potencial para o desempenho das tarefas que demandam mais responsabilidade e atenção. No entanto, esse diferencial educacional não é remunerado pelo banco, já que não é explicitada sua exigência para exercer as funções apontadas (SEGNINI, 1998b, p. 184).

As mulheres passaram a ser aceitas em concursos públicos de bancos estatais a partir do final dos anos 60, gerando uma pequena melhora na discriminação que existia. Atualmente, as mulheres estão presentes em postos de direção, gerência e chefias nos bancos.

Segnini (1998b) revela que o maior número de mulheres que ocupam cargos “comissionados” no banco estatal exercem funções denominadas de “baixa chefia” (30%), e, nas funções denominadas de “média chefia” (22%), enquanto um número baixo de 4% exercem funções de “alta chefia”.

No cooperativismo, a situação não é diferente a que é registrada, por exemplo, nos bancos. Embora, tenha sido uma mulher uma das Pioneiras de Rochdale, por longos anos a presença feminina no Sistema Cooperativista foi quase nula. No entanto, diversas iniciativas têm surgido nos últimos anos, para incentivar a participação delas também nesse sistema.

O COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE IGUALDADE

As dificuldades encontradas pelas mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho, também são percebidas no cooperativismo, aonde elas ainda são a minoria. Recentemente, as mulheres obtiveram duas grandes conquistas. Uma delas trata da entidade que representa o cooperativismo no mundo, a Aliança Cooperativa Internacional, que criou no ano de 1995 o Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe. O objetivo foi o de fortalecer a participação das mulheres no cooperativismo.

Já a segunda conquista foi no Brasil, seguindo a mesma orientação da Aliança Cooperativa Internacional, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento lançou no ano de 2004 a COOPERGÊNERO.

[...] com o objetivo de contribuir para a construção da equidade/equilíbrio de gênero no âmbito do cooperativismo e associativismo brasileiro. O surgimento dessas iniciativas reforça a ideia da necessidade de criarmos estratégias para que as mulheres venham a ter uma participação mais igualitária nas atividades relacionadas ao cooperativismo (LEAL, COTRIM, 2010, p. 400).

O cooperativismo tem se apresentado ao longo da história da humanidade, como uma das alternativas para enfrentar as desigualdades entre sexos que são vivenciadas até a atualidade. É por meio do sistema, que elas têm encontrado uma alternativa de conquistar espaço. Esse objetivo é lembrado pela Aliança Cooperativa Internacional (AIC), a qual observa que é necessário promover oportunidades iguais nas cooperativas.

As cooperativas brasileiras tentam favorecer a participação das mulheres na qualidade de delegadas enquanto representação legal em todo o mundo, para sustentar seu crescimento profissional e vivenciar espaços autogestionários, onde a mulher consegue vislumbrar um maior reconhecimento das suas potencialidades, fortalecendo vínculos sociais rompidos em processos anteriores de exclusão (LACERDA, SANTOS 2011, p. 7).

Em 2010, o tema do 88º Dia Internacional do Cooperativismo foi “A mulher e o cooperativismo: conquistas e desafios para o empoderamento feminino”. A temática,

diretamente ligada às comemorações de quinze anos da Plataforma de Ação de Beijing (Pequim/China), documento construído na IV Conferência Mundial das Mulheres, teve como objetivo acelerar a eliminação de obstáculos que dificultam a participação ativa das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada, mediante um envolvimento pleno e em igualdade de condições no processo de tomada de decisões econômicas, sociais, culturais e políticas.

Em 2016, o número de associados do cooperativismo no Brasil foi de 13.230.960, e desse total, a participação feminina no quadro social das cooperativas brasileiras, foi de 39%.

Para fortalecer e incentivar a adesão das mulheres ao cooperativismo, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Santa Catarina (SESCOOP), realizou até o ano de 2017, catorze encontros voltados ao público feminino. O 14º Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas, reuniu mais de 900 mulheres entre lideranças, cooperadas, esposas de cooperados e colaboradoras de 30 cooperativas de oito ramos de todo o Estado Catarinense. No evento, elas discutiram maneiras e formas de conseguirem cada vez mais, a sua representatividade em todos os setores.

A disputa por um lugar no setor profissional é bastante acirrada e exige empenho e dedicação. As mulheres inteligentes não estão lutando para tirar o espaço dos homens e sim para conquistar o seu espaço. Na cooperativa não é diferente, pois as mulheres dividem com os homens as mesmas atividades, participando de capacitações e buscando estar sempre atualizadas. Mesmo aquelas que não estão ligadas diretamente na rotina da cooperativa tomam parte indiretamente das atividades cooperativistas, acompanhando o desempenho de seu marido e filhos (SESCOOP, 2010, p.71-72).

Mesmo que a presença e a participação da mulher nas cooperativas, ainda sejam pequenas, a cada ano, tem-se registrado um aumento na atuação do gênero feminino no ambiente cooperativista. A Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), possui dados que retratam que a participação feminina no cooperativismo catarinense está se tornando expressiva. De acordo com a OCESEC, a participação das mulheres obteve crescimento de 11,86% em 2014. Com total de 651.422 mulheres, elas já representam 37,20% do quadro social das cooperativas e a projeção de crescimento até o fim do ano de 2015, era de 10%. Até 2008, elas representavam 26,49%, ou seja, 227.276 mulheres.

Em 2015, no meio oeste catarinense no município de Videira, a Cooperativa Agropecuária Videirense (COOPERVIL)⁵ e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB)⁶, uniram-se para desenvolver um programa com o objetivo de incentivar a

⁵ A COOPERVIL foi fundada 8 de novembro de 1967 por um grupo de 142 produtores que tinham como intenção prosperar, por isso uniram forças e trabalharam por um bem comum defendendo os interesses da classe. Atualmente possui em seu quadro cerca de 1700 associados. A COOPERVIL hoje dispõe de uma linha variada de produtos como suínos, grãos, fábrica de rações, lojas agropecuárias, supermercado, postos de combustíveis, central de inseminação, setor de leite e uma indústria de sucos, vinhos e espumantes.

⁶ Os 23 associados da COOPERVIL formaram a Cooperativa de Crédito Rural de Videira CREDIVIL, que passou a ser

participação das mulheres no cooperativismo. Juntas as cooperativas, desenvolveram o Programa Mulheres Cooperativistas da COOPERVIL e SICOOB, que funciona sobre a supervisão do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Santa Catarina (SESCOOP), órgão vinculado à Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC).

Em Videira o grupo foi formado por inicialmente por 40 mulheres pertencentes aos quadros da COOPERVIL e do SICOOB, sendo associadas, esposas ou filhas de associados. O lançamento do Programa ocorreu em maio de 2015 e ao longo do ano, elas participaram de uma formação composta por seis módulos com dois dias de duração em cada um. Nos encontros foi abordado a Doutrina e Educação; Desenvolvimento Interpessoal e Relacionamento Familiar; Protagonismo Feminino e Liderança Cooperativista; Empreendedorismo Cooperativo; Sociedades Cooperativas e Organização do Quadro Social.

A Coordenadora dos Programas Sociais da COOPERVIL, Suzana A. Patrício⁷, explica que entre os objetivos, está a intenção estratégica de aprimorar a sustentabilidade da cooperativa e do cooperativismo ampliando os conhecimentos, estimulando a participação e organização das mulheres no quadro social das cooperativas objetivando alcançar novos níveis de desenvolvimento sustentável.

Há muito tempo nosso presidente vinha sugerindo para iniciarmos esse importante trabalho com nossas cooperadas, esposas ou filhas de cooperados. Em 2014 enviamos um ofício ao SESCOOP solicitando a implantação do Programa Mulheres Cooperativistas para o ano de 2015. A nossa solicitação foi atendida. Depois disso, realizamos o primeiro encontro a sensibilização do Programa Mulheres Cooperativistas, que tem como lema promover a sustentabilidade da cooperativa e do cooperativismo. Por meio da Educação Cooperativista e do aprimoramento dos conhecimentos necessários à melhor participação e organização das mulheres no quadro social das cooperativas. O objetivo do programa é oferecer capacitação cooperativista buscando conscientizar, preparar e organizar as mulheres para atuarem de forma comprometida e participativa no quadro social das cooperativas. Durante as etapas da formação aconteceu a proposta formativa do programa que tem como principais eixos temáticos: Cooperativismo, Liderança, Protagonismo Feminino e Organização do Quadro Social, e temos como objetivo do programa; Constituição de núcleos femininos, com projeções de potenciais cooperadas e lideranças cooperativistas; Maior envolvimento e participação ativa da mulher na cooperativa; Ampliação do comportamento empreendedor e do protagonismo feminino; Maior fidelização da família associada; Fortalecimento da identidade cooperativista e Valorização da mulher.

Depois da realização de todos os encontros, o Programa se tornou no Núcleo Feminino da COOPERVIL e do SICOOB. A Coordenadora dos Programas Sociais da COOPERVIL, Suzana A.

chamado de Banco SICOOB. O SICOOB possui no momento cerca de 19 mil pessoas associadas em Videira. A instituição oferece aos associados linhas de crédito com juros diferenciado, especialmente para custeio da agricultura.

⁷ Entrevista com a Sra. Suzana Araldi Patrício, Coordenadora dos programas sociais da COOPERVIL, realizada em 03/03/2016.

Patricio⁸, explica que a adesão ao Núcleo foi voluntária, das 40 mulheres diagnosticadas antecipadamente como possíveis participantes, 38 mulheres decidiram fazer parte.

Durante os seis encontros de formação, as mulheres recebem toda a orientação sobre o que é o cooperativismo, como ele surgiu, de que forma ele beneficia a sociedade. Proporcionamos encontros com os sócios fundadores das duas cooperativas, para que elas pudessem tirar as dúvidas e compreender esse sistema. Depois de cumpridas todas essas etapas, criamos o Núcleo Feminino da COOPERVIL e SICOOB. Para nós foi surpreendente, pois contamos com uma adesão grande entre as 40 participantes. (PATRÍCIO, 2016)

Com pouco mais de um ano desde a implantação do Programa e da instalação do Núcleo das Mulheres, as duas cooperativas, COOPERVIL e SICOOB, perceberam que os objetivos da iniciativa já começaram a ser atingidos. Entre eles, está a presença cada vez maior das mulheres em ações desenvolvidas até então apenas pelos homens nas cooperativas.

No final do ano de 2015, ocorreu a assembleia do SICOOB e cinco das nossas participantes foram eleitas como delegadas do SICOOB, que é uma forma de liderança dentro da cooperativa. Até então, esse era um ambiente ocupado pelos homens e após essa formação percebemos que começa a mudar, com o interesse e consequentemente com a participação de mulheres que fazem parte desse núcleo⁹.

Faz-se necessário pontuar, que a atuação das mulheres no cooperativismo do município de Videira deve ser ainda mais presente a partir do ano de 2017. No planejamento das atividades realizado no final de 2016, as participantes elencaram diversas ações em que pretendem se fazer presentes.

Elas vão auxiliar em várias atividades que contam com a presença da COOPERVIL e do SICOOB. Podemos citar como exemplo, na Pastoral da Saúde em um tradicional almoço vegetariano que acontece todos os anos. Outra atividade prevista é a participação no Clube da Bezerra, um evento importante no município para os criadores de gado. No dia do cooperativismo no mês de julho elas também vão auxiliar na programação. Elas estão preparadas para nos auxiliar nos quadros sociais das cooperativas. Enfim, além disso, haverá momentos de capacitações e formações e diversas outras atividades em que as mulheres vão estar presentes¹⁰.

Durante a pesquisa, constatou-se que tanto a COOPERVIL quanto o SICOOB, não pretendem no ano de 2017 proporcionar a formação de um novo Núcleo de Mulheres, por entenderem que há a necessidade de fortalecer a presença dessas 38 participantes nas ações cooperativistas. No entanto, as cooperativas, demonstram que tão logo esse fortalecimento seja concretizado, existe a previsão de que um grupo deverá ser formado.

No entendimento do Presidente do Conselho Administrativo, tanto da COOPERVIL

⁸ Entrevista com a Sra. Suzana Araldi Patrício, Coordenadora dos Programas Sociais da COOPERVIL, realizada em 03/03/2016.

⁹ Entrevista com a Sra. Suzana Araldi Patrício, Coordenadora dos Programas Sociais da COOPERVIL, realizada em 03/03/2016.

¹⁰ Entrevista com a Sra. Suzana Araldi Patrício, coordenadora dos programas sociais da COOPERVIL, realizada em 03/03/2016.

quanto do SICOOB, Luiz Vicente Suzin⁷, embora os resultados sejam satisfatórios, ambas as cooperativas deveriam ter iniciado antes, esse processo de inserção das mulheres no cooperativismo.

A mulher foi um tanto até esquecida na área do cooperativismo, antes não víamos a presença delas em uma assembleia. Agora isso está mudando depois que a OCESC despertou essa necessidade nas cooperativas. Percebemos que aconteceu uma evolução grande em todos os ramos de cooperativas de Santa Catarina e as mulheres auxiliam muito no crescimento das cooperativas¹¹.

Para o Presidente do Conselho Administrativo da COOPERVIL e do SICOOB Luiz V. Suzin, a participação das mulheres no cooperativismo passou a ser uma necessidade, pois o mesmo entende que o sucesso da subsistência do sistema, dependerá também da maneira como elas irão conduzir essa representatividade.

Com a participação das mulheres no cooperativismo, os jovens também são atraídos. Pois as mães sabem muito bem como conduzir os filhos para o caminho correto. Se elas participam de cooperativas é automático a participação dos filhos também em algumas atividades. E sabemos que são os jovens que irão dar sequência no sistema¹².

Nesse sentido, também as duas cooperativas desenvolvem em Videira o Programa COOPERJOVEM nas escolas. O programa também é desenvolvido com a supervisão do SESCOOP e tem a finalidade de inserir os jovens de ambos os sexos no contexto do cooperativismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo nasceu ao longo da história como uma necessidade dos menos favorecidos para enfrentarem problemas financeiros e sociais. A ideia inicial, que era considerada uma audácia para aquela época, deu certo e não parou de crescer. Atualmente está presente em todo o mundo.

Depois da IIª Guerra Mundial, a mulher saiu de casa, conquistou seu lugar no mercado de trabalho, ascendeu aos cargos de assessoramento e comando nas empresas, universidades, associações, sindicatos, cooperativas e outras organizações humanas e nunca mais parou na sua incessante busca por espaço, respeito e reconhecimento. Esse fenômeno da história e da sociologia tem ocorridos em todos os quadrantes continentais, mas, em cada um deles o mesmo se apresenta em distintos estágios.

⁷ Entrevista com a Sr. Presidente do Conselho Administrativo da COOPERVIL e do SICOOB Luiz Vicente Suzin, realizada em 03/03/2016 na cidade de Videira.

¹¹ Entrevista com a Sr. Presidente do Conselho Administrativo da COOPERVIL e do SICOOB Luiz Vicente Suzin, realizada em 03/03/2016 na cidade de Videira.

¹² Entrevista com a Sr. Presidente do Conselho Administrativo da COOPERVIL e do SICOOB Luiz Vicente Suzin, realizada em 03/03/2016 na cidade de Videira.

Desde que teve início a Década da Mulher, em 1975, se tem realizado esforços com o objetivo de integrar as mulheres ao processo de desenvolvimento assim como também a participação do gênero feminino nesse processo. Ao longo dos anos muito foi reflexionado a respeito dos conceitos de integração e participação feminina que teve distintas aplicações e implicações para aqueles que trabalham com a mulher do setor primário.

No cooperativismo brasileiro, cada vez mais tem havido conquistas, porém não concessões.

As cooperativas se tornaram o novo campo de expressão e realização das mulheres. As cooperativas são organizações dinâmicas nas quais interagem homens e mulheres das mais distintas profissões e setores da economia. Embora seja um ambiente majoritariamente masculino, as mulheres estão conquistando espaços, voz, voto e cargos de comando.

A forma mais utilizada e aplicada para viabilizar a integração e a participação do gênero feminino tem sido via as empresas associativas de produção.

A verdade é que as cooperativas estão, realmente, abrindo espaços para elas. Dirigentes e cooperados desejam a permanente participação da mulher nas assembleias, nos comitês, nos grupos de estudo, nos cursos e treinamentos e nos quadros diretivos. Essa postura é o resultado das mudanças do papel social e econômico da mulher, que ganha cada vez mais expressão no Brasil contemporâneo, sendo inexorável que ela assuma atividades cada vez mais relevantes e ocupe cargos de maior complexidade.

Em Santa Catarina o Cooperativismo em 2016, contava com cerca de 2.3 milhões de associados, dos quais 850 mil são mulheres.

No Município de Videira o cooperativismo já é praticado há anos, sempre com uma tímida presença feminina. Até então, vinha sendo um ambiente ocupado em sua maior parte por homens. Sem sombras de dúvidas, a iniciativa pioneira das cooperativas COOPERVIL e SICOOB em se unirem em prol das mulheres, está sendo um grande diferencial na história do sistema. Mesmo que ainda no primeiro ano do Núcleo de Mulheres, já é possível perceber que a iniciativa começa a proporcionar os primeiros resultados.

Os objetivos iniciais da iniciativa, tratam do fortalecimento do cooperativismo e da adesão cada vez maior das mulheres ao cooperativismo. Desta forma, também em Videira, as mulheres encontram no cooperativismo uma oportunidade de conquistarem espaço junto à sociedade e de serem ouvidas e consultadas em processos que envolvam decisões.

Em Santa Catarina e por não dizer no Brasil, as mulheres já estão presidindo cooperativas e conduzindo-as ao caminho do desenvolvimento sustentável, valendo-se de estratégias para o desenvolvimento do capital humano, com tranquilidade de quem sabe que o sucesso advém da perseverança, da competência, do trabalho, da capacidade de aprender e da habilidade de adaptar-se às constantes mudanças.

A autoestima das mulheres e o nível de informação e compreensão sobre o universo das cooperativas e suas implicações sociais e econômicas experimentaram uma crescente intensidade ao longo do tempo a partir da realização dos encontros anuais, cursos, programas especiais e treinamento.

Esse artigo tem a intenção de fazer o registro inicial dessa iniciativa, bem como dos seus primeiros resultados. Porém, apresenta-se a sugestão de uma nova pesquisa para acompanhar os resultados futuros e as transformações que serão registradas no cooperativismo videirense a partir desse momento histórico, que conta de forma inédita com a presença e participação maior de mulheres.

REFERÊNCIAS

KLAES, Luiz Salgado. **Cooperativismo e ensino à distância**. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103034/213746.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 fev 2016.

LACERDA, Constantina Ana Guerreiro, SANTOS, Kelita Cristiny. **Cooperativa de trabalho e a condição feminina**. 2011. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/cooperativa_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 20 fev 2016.

LEAL, Adriana Ribeiro, COTRIM, Décio. **A Inserção das Mulheres no Cooperativismo: estudo de caso COOMAFITT**. 2010. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Adriana%20Leal.pdf. Acesso em: 20 fev 2016.

MAC-DONALD, Jan Hurwitch. **La Incorporación Feminina a las Empresas Asociativas**. In: Revista Desarrollo Rural en las Américas. Vol. 15, n. 1, p. 55-64 Jamaica: IICA, 1983.

MARCONI, S.. **Gênero e igualdade: estratégia e desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo**. Relatório final I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo. Brasília, 2009a. p. 23-38.

_____. **Igualdade de gêneros: uma estratégia para o desenvolvimento cooperativo**. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI, 2009b. p. 23-40.

MARX, K.. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro III, vol. 5, 4. ed., São Paulo: Difel – Difusão Editorial, 1985.

_____. **O Capital, Crítica da Economia Política**. Livro I, vol.2, 12. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989a.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70. 1989b.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro I, vol. 1, 13. ed. Rio de Janeiro:

Bertrand Brasil, 1989c.

_____. **A Miséria da Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Global, 1989d.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – OCESC. **Números**. Disponível em <http://www.ocesc.org.br/>. Acesso em: 20 fev. 2016.

OIT. **Cooperativas y mundo del trabajo**: como utilizar la ventaja de las cooperativas em favor del empoderamento de las mujeres y la igualdad de género. Disponível em: <http://www.ilo.org/empent/units/cooperatives/facet/lang--es/index.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. **Cooperativas y mundo del trabajo**. Geneve: OIT, 2016. Disponível em: coop@ilo.org. Acesso em: 12 abr. 2016

PATRICIO, Suzana Araldi. Depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: J. M. Baldissarelli: 2016. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Artigo do Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade do Vale do Rio do Peixe – SC.

SEGNINI, L.. **Racionalização do Trabalho no Setor de Serviços**: uma Contribuição ao Debate Teórico. Faculdade de Educação UNICAMP. Campinas: mimeo, 1996.

_____. (org) **Reestruturação nos Bancos no Brasil**: Desemprego, Subcontratação e Intensificação do Trabalho. Programa de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Qualificação e Produção, Relatório Final, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação/Faculdade de Educação-Unicamp/Centro de Estudos de Educação e Sociedade. Campinas/SP: mimeo, 1998a.

_____. **Mulheres no Trabalho Bancário: Difusão Tecnológica, Qualificação e Relações de Gênero**. São Paulo: FAPESP/EDUSP, 1998b.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO – SESCOOP. **Cooperativismo Primeiras Lições**. 4. ed. Brasília – 2010. Disponível em <http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/livrocoopprimeiraslicoes2010finalfinal.pdf>. Acesso em: 20 fev 2016.

SUZIN, Luiz Vicente. Depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: J. M. Baldissarelli: 2016. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Artigo do Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade do Vale do Rio do Peixe – SC.

_____. **Mulheres no Cooperativismo**. In: Revista das Cooperativas. São José: COMIDIA, ano XVI, n. 44, p. 18, jul/ago/set 2017.